

ATA NÚMERO 43/XV/1.ª SL

Aos onze dias do mês de abril de 2023, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição dos peticionários da [Petição n.º 117/XV/1.ª](#) – Pelo direito a um regime de mobilidade de docentes por motivo de doença para todos os professores

3. Aprovação de atas

- Reunião da Comissão de 4 de abril de 2023

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projeto de lei – generalidade

- [Projeto de Lei n.º 705/XV/1.ª \(CH\)](#) - Reforça a proteção e privacidade das crianças e jovens nos espaços de intimidade em contexto escolar

ii. Projeto de resolução – generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 588/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a Construção de uma Escola Secundária na Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra

- [Projeto de Resolução n.º 596/XV/1.ª \(CH\)](#) - Pela salvaguarda dos interesses dos alunos universitários portugueses a realizar o programa de mobilidade Erasmus em França

4.2. Pedidos de audiência

4.2.1. Do Departamento de professores aposentados da FENPROF

5. Discussão e votação na especialidade de projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que aprove uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030
- [Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição do Coordenador Nacional do Desporto Escolar, Doutor Rui Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre a rotatividade nas competições daquele desporto

7. Outros assuntos

8. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Tendo o PS remetido no dia 10/4, às 13h23, uma proposta de deliberação para criação de um Grupo de Trabalho para a avaliação da [Lei n.º 62/2007](#), de 10 de setembro, solicitando que seja apreciada na reunião de 11/4, foi consensualizado incluir esse ponto na Ordem do Dia da reunião.

A proposta de Ordem do Dia, com a alteração acima referida, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PCP, verificando-se a ausência do BE.

2. Audição dos peticionários da [Petição n.º 117/XV/1.ª](#) – Pelo direito a um regime de mobilidade de docentes por motivo de doença para todos os professores

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, deu as boas-vindas aos peticionários, recordando a grelha de tempos da audição.

Os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

1. Pedem um regime de mobilidade justo e solidário e discordam do [Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho](#);
2. A mobilidade por doença existe para os professores e outras carreiras da Administração Pública e tem por base os direitos da pessoa com deficiência;
3. Deve ter-se em conta que os docentes contratados e que obtiveram efetivação nos últimos anos estão colocados muito longe da sua residência;
4. A mobilidade por doença existe a partir de 2003 e até 2012 incluía todas as pessoas com deficiência;
5. Entretanto, diminuiu a abrangência, mas aumentou o número dos candidatos, o que pode indiciar situações de fraude;
6. Questionam os critérios adotados, sendo que primeiro havia uma restrição ao acesso pela tipologia da doença e agora pelos Km de distância;
7. A Provedora de Justiça dirigiu recentemente uma Recomendação ao Ministro da Educação sobre a mobilidade por doença, aguardando-se a resposta deste;
8. Questionaram por que razão a Comissão de Educação e Ciência não exige respostas ao Governo e os Deputados da Assembleia da República não pedem

a fiscalização da constitucionalidade do regime atual, sendo que isso pode ser feito por dez Deputados (como já foi referido no âmbito da audiência à Federação Nacional de Professores, que decorreu em 6/12/2022, cujos documentos estão disponíveis na [página da Comissão](#)).

Intervieram depois os Senhores Deputados Rosa Venâncio (PS, relatora da petição), Sónia Ramos (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Manuel Loff (PCP) e Joana Mortágua (BE) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

1. Deram exemplos de professores a quem foi atribuída a mobilidade por doença, mas não uma vaga;
2. As juntas médicas começaram agora a ser feitas, apenas em Lisboa;
3. O Ministério vai mandar averiguar se os docentes têm condições para a mobilidade por doença, mas esta é feita com base numa lista que tem 30 anos e está desatualizada;
4. O raio de 50km que está estabelecido abrange vários distritos;
5. O problema inerente ao regime de mobilidade afeta os professores e outras carreiras, envolve a sociedade e direitos cívicos.

A gravação da audição e as respostas do peticionário às questões colocadas pelos Deputados estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

3. Aprovação de atas

A ata da reunião da Comissão de 4 de abril de 2023 foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, da IL e do PCP, verificando-se a ausência do CH e do BE.

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projeto de lei – generalidade

O Senhor Presidente da Comissão informou que em 4/4 baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (como comissão competente), com conexão com a Comissão de Educação e Ciência, o [Projeto de Lei n.º 705/XV/1.ª \(CH\)](#) - Reforça a proteção e privacidade das crianças e jovens nos espaços de intimidade em contexto escolar. Foi consensualizado aguardar que aquela Comissão solicite contributo para o parecer da iniciativa.

ii. Projeto de resolução – generalidade

Indicou ainda que na mesma data tinha baixado à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 588/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a Construção de uma Escola Secundária na Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra – tendo o Senhor Deputado António Cunha (PSD) informado que pretendem a discussão do mesmo na sessão plenária.

Deu também conta da baixa do [Projeto de Resolução n.º 596/XV/1.ª \(CH\)](#) - Pela salvaguarda dos interesses dos alunos universitários portugueses a realizar o programa de mobilidade Erasmus em França – tendo o Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) informado posteriormente que pretendem a sua discussão numa próxima reunião da Comissão.

4.2. Pedidos de audiência

O Senhor Presidente informou que o Departamento de professores aposentados da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) pediu uma reunião para fazerem a apresentação de uma Resolução com reivindicações em relação a «um envelhecimento e uma aposentação dignos, com direito aos direitos», tendo dirigido idêntico pedido às Comissões de Trabalho e Segurança Social, Saúde e Orçamento e Finanças.

Referiu ainda que foi enviado email à FENPROF a indicar as atribuições da Comissão de Educação e Ciência e a solicitar que indiquem quais são as reivindicações que entendem que incluem matérias que se integram na área de atribuições da mesma e ainda não foi recebida resposta.

Nesta sequência, foi consensualizado aguardar a resposta da FENPROF para depois se ponderar a realização da reunião.

5. Discussão e votação na especialidade de projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que aprove uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030
- [Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares

O relatório da discussão e votação na especialidade, o texto final e a gravação estão disponíveis nos projetos de resolução.

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição do Coordenador Nacional do Desporto Escolar, Doutor Rui Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre a rotatividade nas competições daquele desporto

A Senhora Deputada Inês Barroso (PSD), no âmbito da apresentação do requerimento, justificou a importância de se ouvir o Coordenador Nacional do Desporto Escolar, Dr. Rui Carvalho, para explicar as novas regras das competições neste âmbito (que incluem, nomeadamente, que os alunos do ensino secundário fiquem sem provas e sejam reforçadas as dos restantes ciclos), salientando que as mesmas têm registado comentários da comissão especializada do Comité Olímpico de Portugal e o desagrado das escolas, em relação à informação tardia e aos critérios adotados.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) propôs que em alternativa fosse ouvido o Diretor-Geral da Educação, que formalmente é o responsável pela implementação do Programa Estratégico do Desporto Escolar e face à proposta da Senhora Deputada Inês Barroso de que viessem ambos, informou que se não fosse aceite a audição do Diretor-Geral votariam contra.

O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) considerou que há interesse em discutir o modelo do desporto escolar e manifestou concordância com a audição do Coordenador Nacional.

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) defendeu que pretendem informações técnicas e nessa sequência reiterou a importância de se fazer a audição do Coordenador Nacional.

O requerimento foi depois rejeitado, com os votos contra do PS, os votos a favor do PSD, da IL e do PCP, registando-se a ausência do CH e do BE.

7. Discussão e votação da proposta do PS para criação de um Grupo de Trabalho para a avaliação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) referiu que a Assembleia da República aprovou a alteração da [Lei n.º 62/2007](#), de 10 de setembro, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior e deve envolver-se na avaliação da mesma, que deve decorrer de forma plural e participada.

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) manifestou concordância com a criação do Grupo de Trabalho.

O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) enfatizou a atomização de Grupos de Trabalho na Comissão, com dificuldade para a participação dos Grupos Parlamentares com menos Deputados e defendeu que a avaliação do regime jurídico das instituições de

ensino superior é fundamental, mas devia ser feita pela Comissão e não por um Grupo de Trabalho.

A proposta de criação do Grupo de Trabalho foi aprovada com os votos a favor do PS, PSD e PCP, a abstenção da IL e registando-se a ausência do CH e do BE.

O Senhor Presidente da Comissão solicitou que até ao final da semana indicassem os Deputados que integrariam o Grupo de Trabalho e informou que o Coordenador seria do PS.

8. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data das próximas reuniões

Foi consensualizado que a próxima reunião da Comissão será no dia 19 de abril de 2023, às 14h00, sendo que nos dias 17 e 18 terão lugar as Jornadas Parlamentares do CH.

O Senhor Presidente da Comissão informou ainda que o PCP tinha marcado Jornadas Parlamentares para os dias 19 e 20 de junho de 2023.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h45, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de abril de 2023.

O Presidente da Comissão,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Palmira Maciel (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Carla Castro (IL)
Manuel Loff (PCP)
Pompeu Martins (PS)
António Topa Gomes (PSD)
Dinis Ramos (PSD)
Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Mortágua (BE)
Alexandre Poço (PSD)